

FAMÍLIAS COM ABUSO SEXUAL INFANTIL: O DILEMA ENTRE A MUDANÇA E A CRISTALIZAÇÃO DE INFLUÊNCIAS TRANSGERACIONAIS

Liana Fortunato Costa¹

Maria Aparecida Penso²

Tânia Mara Campos de Almeida³

Permanecer e transformar-se: eis o problema

Muitas das famílias que viveram o drama do abuso sexual com suas crianças e/ou adolescentes, particularmente ocorrido entre parentes próximos de forma incestuosa, chamam a atenção por nos apresentar um traço característico digno de uma reflexão atenta e aprofundada. Trata-se de uma dinâmica familiar complexa que, ora nos mostra com clareza os processos de mudanças sócio-econômicas e culturais sofridos ao longo de quatro ou cinco décadas, ora nos mostra a rigidez de alguns elementos que perpassam várias gerações diferentes e subseqüentes. Nesse curioso jogo entre mudar e permanecer, notamos que estes eixos se mostram mais profundos e cristalizados, e que sustentam as relações intrafamiliares de afeto, poder e autoridade, exatamente aqueles que favorecem a repetição quase automática do abuso sexual no seu interior e que, portanto, nos mostra, muitas vezes, a superficialidade das mudanças sofridas.

¹ Psicóloga clínica, psicodramatista, doutora em psicologia pela USP e professora da Universidade de Brasília (UnB).

² Psicóloga clínica, psicodramatista, doutora em psicologia pela UnB e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

³ Antropóloga, doutora pela UnB e professora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

As alterações provocadas nos antigos modelos de família pelos intensos movimentos migratórios da zona rural para as áreas urbanas, fenômeno que mais de 70% da população brasileira começou a se deparar dos anos 50 até hoje, bem como a modernização e ao mesmo tempo a exclusão social que atingem um enorme contingente da população empobrecida das periferias das grandes cidades (Novaes, 1997), não foram suficientes para implodir esse núcleo interno de relações violentas.

Pelo contrário, o que vem ocorrendo ao longo deste período de tantas alterações é torná-lo cada vez mais visível e nomeado para que, por intermédio de medidas de intervenção, sensibilização, prevenção, coibição e punição no presente, ele seja completamente erradicado no futuro. Por isso, ainda que reconheçamos a diferença dos perfis familiares de antigamente para os da atualidade, com o menor número de filhos, com a mulher sendo a sua provedora única em muitos casos e com o maior acesso à educação para seus membros, ainda convive, neste mesmo espaço físico e simbólico do lar modificado, a violência silenciada dentro de padrões conservadores que podemos chamar de transgeracionais (Bowen, 1991; McGoldrick & Gerson, 1987).

Inúmeras vêm sendo as iniciativas tomadas, por parte do estado e da sociedade civil, em direção à reversão desse quadro assustador de perigos, maus-tratos e abusos para crianças, adolescente e mulheres dentro da esfera doméstica, conforme nos revelam estatísticas oficiais e as medidas adotadas em diversos níveis. Por exemplo, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - em 1990, das Delegacias Especializadas nos anos 80 e da Campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, realizada desde 1991 envolvendo várias ONGs, entidades estatais e organismos internacionais.

Foi em uma de tais iniciativas que tivemos contato sistemático com casos desta natureza e que, por conseguinte, apreendemos dados que nos permitem desenvolver as considerações apresentadas no presente capítulo a respeito da problemática ora exposta. Problemática, esta, que alguns estudiosos vêm se dedicando a desvendá-la há tempos ao mostrarem, por perspectivas teóricas e analíticas diferenciadas, a tensão existente na sociedade contemporânea entre uma ordem individualista resultante das transformações históricas, onde se localizam as instituições, as noções de cidadania e igualdade modernas, e uma outra ordem hierárquica tradicional, onde se encontram valores oriundos de uma

classificação arcaica do mundo, com suas desigualdades, seus privilégios particulares e seus enraizados códigos de honra patriarcais (Pateman, 1993; Suárez & Bandeira, 1995; Segato, 2003).

Na verdade, é na nossa atuação direta com famílias cujos filhos ou filhas vivenciaram o abuso sexual que podemos observar e tentar compreender as sutilezas e a introjeção nos sujeitos desta problemática ampla, além de residir aí formulada a originalidade de nossa contribuição ao seu debate. Por intermédio de dois casos singulares, paradigmáticos, a descreveremos e discutiremos nas páginas seguintes, fazendo uso de nomes fictícios aos seus personagens. Antes, porém, explicitaremos o tipo de trabalho que realizamos com tais famílias nos Grupos Multifamiliares e o modo que nos esforçamos para interferir no sentido de interromper a reprodução do modelo transgeracional violento e favorecer a reconstituição dos sujeitos e das famílias em novas bases, assentadas no respeito e direito individuais da infância e de gênero, assim como em novos laços sociais e comunitários fundamentais para sua emergência e seu fortalecimento.

Os Grupos Multifamiliares: eis uma solução

Nossa proposta para a realização de uma intervenção psicossocial com famílias, nas quais ocorreu abuso sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes e que chegaram até a justiça, teve início com a adaptação de um modelo de intervenção para este tipo de contexto específico denominado por Grupo Multifamiliar (Costa, 1998). Esta experiência está concretamente formalizada por intermédio do convênio, iniciado em 2002, entre o Laboratório de Psicologia Social e Comunitária do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Setor Psicossocial Forense (SERPP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Tal experiência de intervenção constitui-se, ainda, em uma pesquisa interinstitucional oficializada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UCB e ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PCL/IP/UnB), sob o título *Construção de Metodologia de Grupos Multifamiliares no Contexto de Abuso Sexual*. A pesquisa conta, portanto, com a participação efetiva de

professores pesquisadores, alunos de pós-graduação, alunos de iniciação científica e alunos estagiários da graduação do curso de Psicologia de ambas as instituições de ensino superior.

Este trabalho de intervenção e esta pesquisa visam oferecer subsídios a reflexões e práticas dos profissionais que se interessam por compreender as implicações teóricas e metodológicas envolvidas nos estudos e na atuação psicossocial sobre casos de abuso sexual de crianças e adolescentes realizados pelo SERPP. Ou seja, a pedido de um juiz, é feito, pelo SERPP, uma análise psicossocial de famílias nas quais ocorreu abuso sexual e que tiveram este crime denunciado à justiça. Após este estudo e por determinação judicial, algumas dessas famílias são encaminhadas para atendimento de apoio terapêutico por intermédio do convênio com as referidas universidades.

Muitas são as questões críticas e complexas que solicitam respostas nesse processo de encaminhamento e atendimento – respostas que as universidades se empenham em auxiliar o SERPP a encontrá-las. Por exemplo, as famílias são *obrigadas* pelo juiz a procurarem um apoio psicológico, a sua grande maioria não possui condições econômicas mínimas para se locomover até consultórios e/ou instituições, estão traumatizadas e, geralmente, buscam mais esconder os acontecimentos, não mais tão recentes, do que expô-los, já que o tempo entre a denúncia e a decisão judicial costuma ser longo.

Em linhas gerais, os atendimentos do Grupo Multifamiliar neste contexto de abuso fundamentam-se nos seguintes aportes teóricos:

a) da Psicologia Comunitária, visando o trabalho em equipe com diferentes saberes, científicos e populares (Santos, 1999) e o enfoque na Psicologia Social Crítica e Histórica (Lane & Sawaia, 1995) percebendo o ser humano em construção, que é constituído e constitui o meio em que se insere;

b) da Terapia Familiar, tendo a visão de família enquanto sistema, sendo a relação o ponto focal do trabalho, priorizando o inter-psíquico mais que o intra-psíquico, e utilizando os recursos sistêmicos como a circularização e a provocação (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999);

c) do Sociodrama, em que o grupo é o protagonista e as famílias possuem objetivos comuns além de se identificarem mutuamente (Moreno, 1993);

d) da Teoria das Redes Sociais, que enfoca a interação humana com a troca de experiência, desenvolvendo a capacidade auto-reflexiva e autocrítica aos sujeitos (Sluzki, 1996).

Até o momento, atendemos a aproximadamente 25 famílias ao longo destes três anos, por intermédio do oferecimento de um a dois Grupos Multifamiliares por semestre. Essas 25 famílias representam de 50 a 60 adultos, praticamente 100 crianças, e de 50 a 60 adolescentes. Com relação aos alunos de estágio regular de graduação, contamos com a participação de dez alunos em cada semestre, o que totaliza vinte alunos de graduação ao longo de um ano. Oferecemos, ainda, três bolsas de Iniciação Científica (IC) por semestre, vagas para alunos de pesquisa voluntários da graduação e para profissionais voluntários da comunidade, que desejam ser treinados na metodologia dos Grupos Multifamiliares. Com relação aos alunos da pós-graduação, oferecemos condições para coleta de informações à elaboração de projetos de Mestrado e Doutorado e seus respectivos desenvolvimentos para, no mínimo, dois alunos por semestre. O grupo também oferece condições de observação para elaboração de Trabalho de Final de Curso (TFC) de graduação, para quatro ou cinco alunos.

Outro resultado destes três anos de trabalho é o fato de que aconteceram quatro reuniões conjuntas entre as instituições parceiras, UCB – UnB - TJDFT, com o objetivo de discussão teórico-metodológica com os profissionais do TJDFT, o que implicou na presença de aproximadamente 20 profissionais do tribunal e da equipe interdisciplinar da pesquisa. Desse modo, as reuniões também vêm viabilizando a construção, a solidificação e o acompanhamento constante da parceria com o TJDFT. Dentro desses encontros, ocorreu um importante Fórum de Debates que incluiu a participação da equipe de pesquisadores, os profissionais do TJDFT e os juízes, promotores e advogados integrantes das várias instâncias judiciais (Costa, Penso & Almeida, 2002).

Realizamos duas grandes revisões de literatura sobre o tema de pesquisa, as quais subsidiaram a elaboração de alguns artigos já publicados, por exemplo: Costa, Penso, Gramkow, Santana & Ferro (2003); Costa, Penso & Almeida (2003); Costa, Penso & Almeida (2004); Costa, Santana, Gramkow & Ferro (2005); Penso, Legnani, Costa & Antunes (2005); Penso, Costa & Almeida (2005).

Houve, também, a elaboração de comunicações em diversos eventos técnico-científicos:

- Seminário Interno de Psicologia da UCB e a VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, ambos ocorridos em Brasília, em 2003. Nesses seminários, a equipe se responsabilizou pela apresentação e coordenação da Mesa Redonda “Linguagens Particulares e Sofrimento em Casos de Violência Intrafamiliar”, composta pelos seguintes trabalhos: “Violência intrafamiliar: uma análise da dinâmica das famílias violentas”; “Os contextos jurídico e terapêutico em casos de violência intrafamiliar: possibilidades e limites”; e, “A narrativa religiosa sobre um caso de estupro incestuoso”.

- Em 2004, apresentamos o trabalho “Abuso sexual: o grupo multifamiliar no contexto da crise” na III Jornada sobre Psicopatologia e Linguagem, em Brasília, e também coordenamos uma mesa redonda com a apresentação do tema “Violência intrafamiliar: ações psicossociais na interface Psicologia/ Direito” no VI Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, em Florianópolis. Neste ano houve também a apresentação do trabalho “Intervenções Psicossociais a partir da justiça: garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual” no Seminário Direitos Humanos e violência: desafios da ciência e da prática, ocorrido em Fortaleza.

- No ano de 2005 foram apresentados, em Salvador no IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia, os seguintes trabalhos: “Os grupos multifamiliares: cenários para a narração das histórias de abuso sexual” e “A crise gerada pela problemática do abuso sexual: uma experiência de intervenção em grupo multifamiliar”. Fomos responsáveis, ainda, pelo trabalho “Grupos Multifamiliares: contexto com possibilidades terapêuticas” que foi apresentado durante o III Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária”, em Fortaleza.

Em linhas gerais, as intervenções ocorridas nos Grupos Multifamiliares e a produção científica derivada dessas ações e das reflexões teóricas que fazemos visam esclarecer sobre os núcleos centrais presentes nos sistemas familiares, que favorecem o surgimento e a instalação do abuso em seu seio e, por conseguinte, atuar sobre eles. Somado a isto, tal produção também tem como objetivo discutir e ampliar o entendimento a respeito desse fenômeno por parte de pesquisadores e de técnicos, de modo que suas

práticas se tornem mais efetivas e eficazes para a transformação do quadro violento. Passemos, então, a alguns casos que ilustram esta questão.

A História de Wandinha

INSERIR AQUI GENOGRAMA WANDINHA

Wandinha é uma adolescente de 13 anos, que foi vítima de violência física e sexual pelo padrasto, que a adotou legalmente quando criança. Na ocasião da denúncia, a adolescente estava morando com o padrasto. A violência sexual é algo nebuloso na família e não dito de forma clara, apenas nas entrelinhas do discurso da mãe (Carmem) e da filha também, que, ao ser questionada sobre porque tinha voltado a morar com a mãe, diz ter sido “violentada” pelo pai. Carmem tem uma escolaridade de nível médio completo e trabalha com vendas.

Foi Carmem quem foi à delegacia e fez a denúncia. O padrasto (Edílson) é descrito pela mãe e pela filha como uma pessoa muito violenta de quem elas tinham muito medo e que agredia também a esposa e não só a filha. A mãe inclusive afirma que o filho mais novo do casal foi fruto de um estupro do marido. A relação é descrita como tumultuada com separações e retornos. A relação entre mãe e filha é muito difícil, e elas não conseguem se comunicar e “conversar como mãe e filha”.

Wandinha é fruto de uma relação “nebulosa” de Carmem. Sobre esta relação, ela fala pouco, dizendo apenas que ele foi assassinado. Seu primeiro companheiro, com o qual teve uma outra filha, que já vive maritalmente com outro homem, também é descrito como muito violento e a relação permeada por muitas brigas e violência. Na ocasião da participação no Grupo Multifamiliar, ela já tinha um outro companheiro, cuja relação era descrita como boa.

Carmem se casou aos 16 anos de idade com Cledir e, deste relacionamento, teve uma filha. Ele era muito violento tanto verbalmente, quanto fisicamente. Esta filha tem um filho e foi expulsa de casa por Carmem. Em seguida, esta se relacionou com o pai de Wandinha. Após a morte deste companheiro, se relacionou com Edilson que também era

muito agressivo, com o qual teve um filho chamado Valério. Após o fim do seu relacionamento com Edilson, teve um outro relacionamento e outro filho chamado Sílvio, que se encontra com três anos de idade.

Carmem traz a sua história como sendo sempre vivida com muito sofrimento. Diz que seu pai biológico teve vários relacionamentos, odiava crianças e que atualmente não tem nenhum contato com ele. Chega a conjecturar que não seria filha de sua dita mãe, e sim de um outro relacionamento do pai e que, por este motivo, a mãe a criou com tanto ódio. Não tem certeza, mas acredita que sua mãe verdadeira era árabe e foi embora deixando uma carta, na qual pedia para registrá-la com o nome de Carmem Karana. Afirma ainda que não gosta de sua mãe adotiva, Filomena, pois a mesma agredia fisicamente a ela e a seus irmãos. Quando isso acontecia, Filomena deixava Carmem na casa de sua “avó” (Maria Veridiana) por um tempo, aonde ela recebia cuidados, preparava o alimento e tinha disciplina. Há 17 anos, ela não encontra essa avó.

Carmem relata ainda que o relacionamento de sua mãe com seu padrasto (Roberto), era permeado, também, por muitas brigas e que este, apesar de ter assumido os filhos dela, tinha uma relação difícil e de rejeição com o filho (Wallace). A avó de Carmem, Maria Veridiana, também teve vários relacionamentos com homens diferentes e muitos filhos, o que resultou num total de nove.

Nos primeiros contatos no Grupo Multifamiliar, deixa a equipe muito preocupada porque se coloca como alguém sem amigos e outras pessoas com quem possa contar, quando o marido a ameaça. Na família, não consegue identificar ninguém que possa ajudá-la em momentos de crise. Como está com um processo judicial contra o marido, em razão das agressões sofridas por Wandinha, todos da equipe de atendimento receiam que algo possa lhe acontecer. Chegava ao Grupo Multifamiliar muito ansiosa e falante – motivo que nos levava a ter cuidado para que não tomasse todo o tempo do grupo falando sobre si mesma.

Histórias femininas que se repetem

Uma questão que nos chama a atenção é o fato de que são três gerações de mulheres vividas em épocas diferentes e que construíram relações conjugais em momentos diferentes, mas que, ainda assim, se repetem no mesmo sofrimento: são agredidas sistematicamente pelos companheiros. Apesar de não se deixarem abater e estarem sempre à procura de um novo matrimônio, elas reproduzem, a cada geração e a cada casamento, a conhecida dinâmica de agressão.

Podemos pensar que, neste processo de busca por relações amorosas satisfatórias, acabam sem condições de garantirem a segurança dos filhos dentro da própria casa, expondo-os a situações de violência e desproteção. Parecem ser mulheres tão envolvidas nas relações conjugais que não lhes sobra tempo, energia ou disponibilidade para o cuidado e a atenção minuciosa aos filhos. São mães que vivem relações conjugais onde não parece ser possível assumir a responsabilidade de criação dos filhos e, ao mesmo tempo, tentar manter o relacionamento amoroso em níveis satisfatórios. Ou seja, são famílias nas quais a conciliação de papéis e a possibilidade de interdependência entre os subsistemas parental e conjugal mostram-se ineficazes (Penso, 2003).

Parece-nos que essas mulheres, apesar de conscientes da importância de buscar relações amorosas, não conseguem achar companheiros que as respeitem. Podemos pensar que, em diferentes gerações, estas mulheres possuem uma baixa auto-estima, em função das relações conflituosas vividas com suas próprias famílias de origem. Segundo Bitencourt (2000), o processo de escolha do cônjuge é delineado ao longo do desenvolvimento do sujeito, no qual ele forma o seu repertório de comportamentos, de crenças sobre si mesmo, fazendo com que suas escolhas sigam na direção daquilo que lhe é familiar. Partindo deste modelo, podemos concluir que as mulheres da história de Wandinha buscaram parceiros que repetissem o modelo de abandono e violência vividos nas suas famílias de origem, revivendo assim o vínculo emocional e mantendo-se no lugar que ocupavam em suas famílias de origem (Bowen, 1991).

Em um outro trabalho de nossa autoria (Penso, Costa & Almeida, 2005) mostramos como a proteção fundamental para a evitação do abuso sexual infantil está diretamente ligada à forma como se dá a relação de cuidado e intimidade entre a criança/adolescente e o adulto responsável por este cuidado, em geral a mãe. Desta maneira, o ciclo de desproteção se reafirma na compreensão do ciclo repetitivo de escolhas

por cônjuges violentos, à semelhança das experiências de filhas de pais violentos. Tais mulheres agredidas não conseguem ser fontes de proteção e cuidado para suas filhas. Além disso, a cada nova relação amorosa, novos filhos são gerados, os quais ficam sob sua responsabilidade.

A mãe de Wandinha, ao fazer a denúncia, rompe o circuito repetitivo de violência e de afastamento afetivo emocional entre mãe e filha. A seguir, apontamos algumas falas, que na avaliação do trabalho desenvolvido no Grupo Multifamiliar, pontuam que ela e a filha estão mais próximas. Podemos pensar que, talvez e especial diante da denúncia, a filha consiga estabelecer um outro padrão de relacionamento com um parceiro distinto do perfil dos que suas ancestrais tiveram, livrando-se de praticamente uma sina que a impelia a repetir automaticamente o percurso familiar.

Carmem: “Uma das atividades que eu achei interessante é saber como que a gente cuida, né? E o que é esse cuidado. Então ali, de repente, a gente ouvindo outras mães também, eu vi que eu estava numa direção, numa linha legal de cuidar. A Wandinha eu senti que ela começou a se aproximar mais, a se permitir receber carinho, que ela não estava acostumada. Então ela começou, de repente, a se chegar mais né, a dizer assim ‘é minha mãe! É minha mãe’. Outro ponto assim, comigo, quanto pra ela é parar mais pra ouvir (...) Buscar mais o diálogo com ela. Sair só mais com ela e ter um contato mais físico e diálogo”.

Wandinha: “Mudou várias coisas, mas o que mais me chamou a atenção foi que a gente consegue falar”.

▲ História de Jader

INSERIR AQUI O GENOGRAMA DE JADER

Jader é um adolescente de 13 anos que foi vítima de violência sexual perpetrada pelo marido de uma tia materna, já falecida. Os rituais de violência incluíam, entre outras coisas, o uso de medicações sedativas fornecidas à vítima pelo tio. Quando a mãe (Sueli) e o filho vêm para o Grupo Multifamiliar, o abusador estava preso e o inquérito estava em

andamento, sendo que, em uma das reuniões, a mãe chega muito mobilizada porque havia comparecido ao interrogatório do acusado no dia anterior e o juiz havia lido o depoimento de Jader, no qual ele descreveu com riqueza de detalhes o que o tio fez com ele.

Segundo este relato, o tio fez coisas “absurdas” com Jader. A mãe estava revoltada e dizia não conseguir entender como um ser humano é capaz de fazer aquelas coisas. Não se conforma com o que ele fez, porque foi muito cruel. Durante o interrogatório teve que ficar em silêncio ouvindo o depoimento do tio, que mencionou que seria incapaz de fazer tais coisas com Jader porque o considerava como um filho. Este fato a deixou ainda mais revoltada. O pai de Jader (Fernando) não foi aos atendimentos, porque não consegue falar sobre o assunto. Está muito mobilizado e revoltado. Sueli nos conta que, certa vez, desconfiou de algo estranho, porque o abusador tratava Jader muito diferente. Não conseguia entender o motivo que levava Jader a passar tanto tempo na casa do tio.

Sueli relatava que, certa vez, numa ocasião em que o abusador e o pai de Jader estavam assistindo à televisão e foi veiculada uma reportagem sobre abuso sexual infantil, o pai de Jader comentou que, se acontecesse isso com sua família, seria capaz de matar a pessoa que tivesse cometido tal ato. Mencionava, ainda, que o marido afirmava que, se o acusado vier a ser solto, ele não continuará vivo.

A mãe de Jader é dona de casa, estuda à noite e convive maritalmente com o pai de seus filhos, descrevendo a relação com o marido como muito boa. Residem juntos: o marido, a mãe, o filho Jader (13 anos) e a filha Lorena (9 anos). Sueli relatou que, no final do ano passado, descobriu que seu cunhado abusava de seu filho há 3 anos. O abusador, que está preso, alega que Sueli é interesseira e afirma que ela o denunciou para tentar ficar com a pensão da falecida irmã. De sua parte, ela conta que esse tio abusou de Jader, de outros sobrinhos e também de outras crianças.

Relatou que desconfiou de algo estranho por um tempo, mas que todos da família diziam que ela era muito maliciosa. O motivo desta desconfiança foi porquê o abusador começou a presentear Jader, inclusive com um celular, no qual enviava mensagens amorosas para o menino. E, por não fazer o mesmo com os próprios filhos, suscitou a desconfiança de Sueli e de uma tia do garoto que armou o flagrante.

Afirmou que sente vontade de morrer, que não está conseguindo conviver com tanta dor e que está tendo que tomar remédios para conseguir dormir. Relatou evitar que Jader saia, pois tem medo que algo lhe aconteça, já que a família do tio abusador reside nas proximidades de sua casa. Esta mãe estava aflita com a possibilidade do filho se tornar um abusador, pois foi falado na delegacia que o menino se tornaria um abusador quando crescesse. Relatou que o marido acha importante e natural que Jader realize suas atividades cotidianas e normais para sua idade, mas que ela sente muita dificuldade para confiar no filho novamente, acha que ele está mentindo. Emocionada, ela disse que, às vezes, sente raiva ao olhar para o filho, pelo fato dele ter escondido os fatos por tanto tempo.

Sueli contou que nasceu no Norte e veio para Brasília com 7 anos de idade. Teve uma criação muito rígida, mas aprendeu a ser honesta e leal graças a esta educação. Afirmou que tanto seu pai quanto sua mãe lhe proporcionavam carinho na medida do possível (eram atenciosos, mas não a deixavam sair de casa). A relação de seus pais sempre foi de respeito mútuo e eles não brigavam diante dos filhos. Sua mãe, depois de ficar viúva, nunca mais se interessou em casar novamente, sendo que reside com ela hoje.

Após nove meses de namoro com Fernando, Sueli engravidou de Jader e, então, resolveram se “juntar”. No início da gravidez, ela quis abortar, mas Fernando ameaçou denunciá-la, fato que fez com que ela desistisse da idéia. No início do relacionamento, Fernando bebia muito, porém, com a gravidez de Jader, ele parou de beber. Após o nascimento de Jader, uma irmã de Fernando e seu marido vieram morar com Sueli para ajudá-la a cuidar do bebê. Pelo fato do marido da sua cunhada beber muito e Fernando voltar a beber, ela voltou para a casa da mãe com seu filho, após quinze dias de nascido. Fernando pediu para sua irmã ir embora e Sueli voltou para casa.

Devido às dificuldades financeiras encontradas pelo casal, resolveram morar no Norte e na casa dos sogros. Ficaram lá apenas um ano, Fernando voltou a beber e Sueli retornou com o filho para Brasília, tendo ido morar sozinhos. Fernando, logo em seguida, voltou também e ficou insistindo durante um mês para retomarem a relação. Sueli acabou cedendo, com a condição dele nunca mais voltar a beber - promessa que ele cumpre até hoje.

Sueli relatava que o período em que o casal morou no norte foi muito bom, pois ela tinha um ótimo relacionamento com os sogros, principalmente com a sogra. Afirmava que

elas sempre conversavam muito e a compreendia mais que sua mãe. Atualmente, sua relação com a mãe é mais próxima por ela morar há quatro anos em sua casa. Sueli diz que só conversa com sua mãe assuntos do dia a dia e conversa pouco sobre o que aconteceu com o Jader. Fernando tem um bom relacionamento com a sogra, apesar dela não ter concordado com a união do casal no início do relacionamento.

Histórias masculinas que se repetem

O que nos chama a atenção neste caso é a impossibilidade de proteger o filho, sendo ele um adolescente de 13 anos abusado desde os 10, sem que ninguém percebesse. O olhar central da mãe parecia estar sempre voltado para as suas relações com sua própria mãe, sua sogra e o marido, tanto que, apesar de evidências, demora a perceber e a tomar uma atitude em relação ao abuso. É verdade que se trata de uma família de mulheres muito unidas, mas e seus homens? De que grupo familiar de homens faz parte esse pai que nem chega a desconfiar de algo estranho com seu filho e só se conscientiza disto após o flagrante. O que esses homens, presentes no crescimento e na criação dos filhos, conseguem fazer para promover e garantir a segurança de seus descendentes? A ausência, ainda que presentes fisicamente, é um traço de transgeracionalidade entre os homens desta família?

Podemos ainda nos perguntar várias outras questões: o motivo pelo qual deixavam este garoto tanto tempo na casa do “tio”; como deveria ser a relação desse filho com seu pai?; por que ele nunca contou nada a seu pai?; por que ele só conta a seqüência de abusos na presença do juiz?; qual a figura de proteção esse juiz representa e que o pai parecia não ser capaz de se identificado com ela?; por que, nos atendimentos, o adolescente apresentava-se muito tímido, tendo dificuldades de conversar e uma fisionomia triste?

Este caso nos mostra que, apesar de todas as mudanças no papel do pai através dos tempos, parece que muitas famílias apresentam essa mesma dificuldade da de Jader em estabelecer vínculos de confiança entre o pai e seus filhos. Acharmos sintomático o fato do pai de Jader declarar, mesmo após o flagrante e o processo, que não ia aos atendimentos porque não “conseguia ouvir a história”.

“A parentalidade é um processo difícil, pois requer a capacidade de nutrir, guiar e controlar” (Minuchin, 1982, p. 62). Mas esse processo requer uma maturidade emocional que, muitas vezes, esses pais não possuem, já que não receberam os cuidados parentais na sua própria infância (Jones & Wells, 1996). A este respeito, Hines (1995), estudando o tema em famílias pobres e negras norte-americanas, coloca que, em alguns casos, ambos os pais permanecem imaturos e os filhos ficam sozinhos na luta pela sobrevivência.

A parentalidade reveste-se de características diferentes para o homem e para a mulher (Bradt, 1995). Se o compromisso da mulher começa com a gravidez, por razões biológicas óbvias, o pai, por sua vez, só começa a se sentir como um pai após o nascimento ou mais tarde (Minuchin, 1982). Muitos pais não aceitam o papel de pais até que os bebês cresçam o suficiente para começar a interagir com eles (Nichols & Schwartz, 1998).

Entram aqui também fatores ligados à representação social dos papéis de pai e mãe. Estudos mostram que ainda predomina o modelo tradicional do pai enquanto provedor e da mãe como cuidadora dos filhos e da casa (Marques, 2000; Trindade, Andrade & Souza, 1997; Trindade, 1993). No entanto, alguns estudos já apontam para a atribuição de outras funções ao pai, ainda que sejam experiências em menor número que as do modelo tradicional, como: acompanhar, educar e preparar para a vida e para o futuro, além de dar carinho, amor e atenção (Trindade & Menadro, 2002).

Diante destas difíceis questões relativas ao ser pai na contemporaneidade, percebemos a importância do espaço de conversação e de apoio terapêutico criado pelo Grupo Multifamiliar a todos os membros da família. Tal importância foi expressa pela mãe de Jader ao se referir aos atendimentos, pois, sem eles, não teria conseguido suportar o depoimento do abusador. Seu estado emocional encontrava-se tão abalado que relatava não estar dormindo e que ainda não tinha feito nenhuma besteira porque os filhos só podiam contar com ela e com o pai e, que, portanto, as reuniões grupais estavam lhe dando a força que precisava.

Sueli: “Eu me sentia culpada, porque eu confiei na casa do tio dele, achava que estava tudo bem. Aí um culpava o outro porque às vezes ele falava que a culpa era minha, e eu falava que o culpado era ele, porque eu falava não e ele falava sim, mas a gente não sabia o que estava acontecendo. A gente não pode ficar se culpando. Eu até me separei dele por causa disso”.

Sueli: “Houve mudança para melhor [com sua participação no GM] porque eu perdi a confiança nele totalmente. Quando ele fala as coisas, eu falava assim – não vai porque eu não confio. E agora não, eu já libero. E foi o que elas falaram para mim: que eu precisava deixar ele à vontade. E aí é uma pressão, então, quando ele quer sair eu deixo, pergunto que horas ele volta e eu falo: ‘você vai sair, mas tal hora quero você em casa’. O cara está solto, ele mora aqui na outra quadra, entendeu então eu tenho medo”.

Sueli: “Hoje eu compreendo, mas mesmo assim ainda tenho medo ainda não estou totalmente segura assim, de que ele assim não possa dar uma reviravolta, sabe? Eu deixo ele ir pra rua, mas... É igual elas falaram têm que deixar ele viver a vida dele mas ficar de olho eu fico assim, em cima. Pergunto se ele tiver alguma coisa para falar ele vai falar. Porque, antes, ele tinha vontade de falar e não podia, o tio ameaçava ele.

Sempre as mesmas histórias

Ao longo de nosso trabalho de três anos nos Grupos Multifamiliares, saltou-nos aos olhos a grande semelhança entre as dezenas de histórias que ali nos eram contadas, no que diz respeito, em especial, às características bem definidas nos dois casos acima tratados. Ou seja, vimos, com nitidez, dois padrões de comportamento se repetindo insistentemente: o da mulher vítima de violência doméstica e o do homem ausente dos sofrimentos familiares. Tal repetição ocorria, curiosamente, não só no eixo vertical da transgeracionalidade de uma mesma família, mas também no eixo horizontal que perpassava e identificava cada família presente que ali se apresentava, convivendo no tempo atual como contemporâneas de geração.

O núcleo central das histórias das mulheres-mães constituía-se de situações violentas permanentes e subseqüentes, a começar pelas lembranças de abandonos,

agressões, desrespeitos, humilhações e abusos sexuais em suas respectivas infâncias e adolescências. Eram lembranças pontilhadas por dores possivelmente semelhantes àquelas vividas hoje por seus filhos e suas filhas violentados/as. Entre esses dois grupos, mães e filhos/as, havia uma forte identificação, o que nos fazia pensar no quanto se favorecia a instalação de uma repetição automática dos sentimentos e comportamentos nas gerações mais novas, em especial para as meninas.

Paralelamente, o núcleo central das histórias dos homens, que só pudemos conhecer pela narração das mulheres-mães, uma vez que estes não participavam dos atendimentos por não se interessarem ou sentirem que não lhes dizia respeito ou mesmo porque estavam encarcerados. De qualquer modo, isso nos mostra que a ausência física, emocional e simbólica do pai em relação aos casos de abuso com seus filhos e filhas, quando este pai não era o próprio violador, era uma constante em várias gerações de uma família e das várias famílias ali entre nós.

Por outro lado, em meio a essas repetições, observamos a transformação vivenciada por essas famílias dos GMs ao longo de décadas, enredadas em um mesmo movimento histórico de mudanças. Trata-se de um conjunto de famílias com o perfil sócio-econômico e cultural bastante próximo, como também com igual configuração familiar. Ou seja, muitas delas se deslocaram de zonas rurais do país para a periferia de Brasília, possuem baixíssimo poder aquisitivo, baixo nível de escolaridade, apego à religião evangélica, vêm-se sozinhas, uma vez que não podem mais contar com a família de origem que ainda vive em suas regiões de origem, possuem a mulher como principal autoridade e provedora, conhecem pouco seus direitos e os de suas crianças e adolescentes, estão intimidadas pelos abusadores e se sentem sem a devida segurança que deve ser oferecida pelo estado.

Deste jogo entre cristalizações e mudanças, emerge uma família mais fraturada, destroçada e sofrida em relação àquela do passado, cuja dinâmica de relações internas afasta seus membros uns dos outros e os desprotege. Trata-se de uma família pobre em bens materiais, como também em recursos simbólicos que a possibilitem redimensionar seus problemas e abrir-se para novos modos de vida. Neste sentido, vemos o surgimento de uma família excluída de chances que lhe permitam romper com a violência que se encontra no seu cerne, sendo quase que a instância instituidora de sua existência. Romper, portanto,

com o padrão violento seria, sim, o anúncio de uma outra família, com bases realmente distintas daquela que dita a tradição.

Notas conclusivas: um esforço para se construir finais transformadores

A intervenção psicossocial proposta pelos Grupos Multifamiliares visa exatamente colocar em movimento esses núcleos familiares transgeracionais tão arraigados e tão propulsores da violência sexual contra suas crianças e seus adolescentes. É nesse sentido que procuramos atuar para que as mudanças venham a ocorrer em nível profundo, o qual seria o dos afetos e das subjetividades (Segato, 2003), constituidores das identidades sociais de homens e mulheres. Afinal, percebemos, por intermédio dessas duras histórias, que as grandes transformações históricas têm provocado mudanças em níveis que ainda não chegam a romper com as relações interpessoais abusivas. Há, inclusive, um grupo significativo de estudiosos que mostra justamente o contrário, ou seja, o efeito nocivo da dita globalização no incremento e na sofisticação de todo tipo de violência (por exemplo, Pereira, 2004).

Sem dúvida, hoje, temos muito mais condições e aparatos para nomear e coibir inúmeras formas de violência, por intermédio da força reivindicatória dos movimentos sociais, do direito implementado e exercido na linha dos direitos humanos, das instituições públicas dirigidas a este público, bem como de ações diretas voltadas às pessoas nessas situações. O convênio firmado entre o TJDF e as universidades para viabilizar os referidos atendimentos nos GMs representa um desses avanços, que viabiliza e reafirma a necessidade de se atuar em rede interinstitucional, comunitária e com outros agentes para se reverter o quadro de violência contra mulheres, crianças e adolescentes no país (Bandeira & Almeida, 2004).

Deste modo, acreditamos estar contribuindo para a solidificação de movimentos feitos inicialmente pelas pessoas que tiveram coragem de frear a seqüência de abusos transgeracionais vividos por elas mesmas e, concomitantemente, pelas crianças e adolescentes que foram vistos no centro destas situações na atualidade, ao denunciarem

estes crimes. A denúncia significa exatamente o momento de abertura para que se receba a ajuda necessária ao começo de uma longa jornada em direção a transformações e mudanças na vida familiar. É, então, no meio deste caminho, que promete um recomeço diferente, que situamos o nosso trabalho com os GMs.

Bibliografia

BANDEIRA, L. & ALMEIDA, T. M. C. Organização em rede em uma perspectiva feminista: serviços integrados de apoio às mulheres em situação de violência. In: L. BANDEIRA; T. M. C. ALMEIDA & A. M. MENEZES (orgs.). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE, 2004, p. 99 - 122.

BITENCOURT, S. A construção mútua de uma relação: estudo sistêmico das interações conjugais. *Texto Didático: Série Psicologia*, v.1, n.1, p.37-49, 2000.

BOWEN, M. *De la familia al individuo*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BRADT, J. O. (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In: B. CARTER & M. McGOLDRICK (Orgs.). *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar* (2ª ed.). Porto alegre: Artes Médicas, 1995, p. 206-222.

COSTA, L. F. *Reuniões Multifamiliares: Uma Proposta de Intervenção em Psicologia Clínica na Comunidade*. São Paulo, 1998. p. 363 Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A. & Almeida, T. M. C. *Violência sexual infantil no contexto judicial e terapêutico*. In: FÓRUM DE DEBATES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Brasília, 11 de outubro de 2002.

COSTA, L.; PENSO, M. A. & ALMEIDA, T. M. C. (2003). *Grupos Multifamiliares em Casos de Litígio envolvendo Abuso Sexual*. Trabalho apresentado no VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, Brasília, julho.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A. ; GRAMKOW, G.; SANTANA, P. & FERRO, V. S. Demandas judiciais: resgatando a cidadania e o sofrimento em intervenções psicossociais. In: H. G. D. LIMA (Org.). *Construindo Caminhos para a Intervenção no Contexto da Justiça*. Brasília: TJDFT, 2003, p. 125-141.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A. & ALMEIDA, T. M. C. Intervenções psicossociais a partir da justiça: garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In: G. MALUSCHKE; J. S. N. F. BUCHER-MALUSCHKE & K. HERMANS. *Direitos Humanos e Violência: desafios da Ciência e da Prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer/UNIFOR, 2004, p. 259–272.

COSTA, L. F.; SANTANA, P.; GRAMKOW, G. & FERRO, V. S. O genograma de família com abuso sexual. In: L. F. Costa & T. M. C. de Almeida. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa/Líber, 2005, p. 75-86.

[Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União.](#)

HINES, P. M. O Ciclo de Vida Familiar nas Famílias Negras Pobres. In: B. CARTER & M. McGOLDRICK (colabs.). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar*. (2ª ed.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. - .

JONES, R. A. & WELLS, M. An empirical study of parentification and personality. *The American Journal of Family Therapy*, v.24, n.2, p.145-152, 1996.

LANE, S.T.M. & SAWAIA, B. B. La Psicología Social Comunitaria en Brasil. In: E. WIESENFELD y E. SÁNCHEZ (Comp.). *Psicología Social Comunitaria. Contribuciones Latinoamericanas*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1995, p. 69-112.

MARQUES, W. E. U. (2000). *Infâncias (pre)ocupadas: Trabalho Infantil, Família e Identidade*. Brasília, 2000. p.333 Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

McGOLDRICK, M. & GERSON, R. *Genogramas en la evaluacion familiar*. Buenos Aires: Gedisa, 1987.

MINUCHIN, S. *Famílias. Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J. & MINUCHIN, S. *Trabalhando com Famílias Pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MORENO, J. L. *Psicoterapia de Grupo e Psicodrama*. (2ª ed.) Campinas: Psy, 1993.

NICHOLS, M. P. & SCHWARTZ, R.C. *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NOVAES, R. R. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PENSO, M. A. (2003). *Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas*. Brasília, 2003, p. 293 Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

PENSO, M. A.; LEGNANI, V.; COSTA, L. F. & ANTUNES, C. O grupo multifamiliar com famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no contexto da crise. In:

L. F. COSTA & T. M. C. de ALMEIDA. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa/Líber, 2005, p. 87-105.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F. & ALMEIDA, T. M. C. Pequenas histórias, grandes violências. In: L. F. Costa & T. M. C. de Almeida. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa/Líber, 2005, p. 125-137.

PEREIRA, P. P. G. *O terror e a dádiva*. Goiânia: Vieira/Cânone, 2004.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. (11ª Ed). Porto: Afrontamento, 1999.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia – ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/ Prometeo, 2003.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA, L. (orgs). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: EdUnB / Paralelo 15, 1995.

SLUZKI, C.E. Violência Familiar e Violência Política: implicações terapêuticas de um modelo geral. Em. D.F. Schnitman (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 228-243.

TRINDADE, Z. A. As representações sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.9, n.3, p.451–461, 1993.

TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, C. A. & SOUZA, J. Q. Papéis parentais e representações da paternidade: a perspectiva do pai. *Psico*, v.28, n.1, p.207–222, 1997.

TRINDADE, Z. A. & MENADRO, M. C. S. Pais adolescentes: vivência e significação. *Estudos de Psicologia*, v.7, n.1, p.15-23, 2002.

